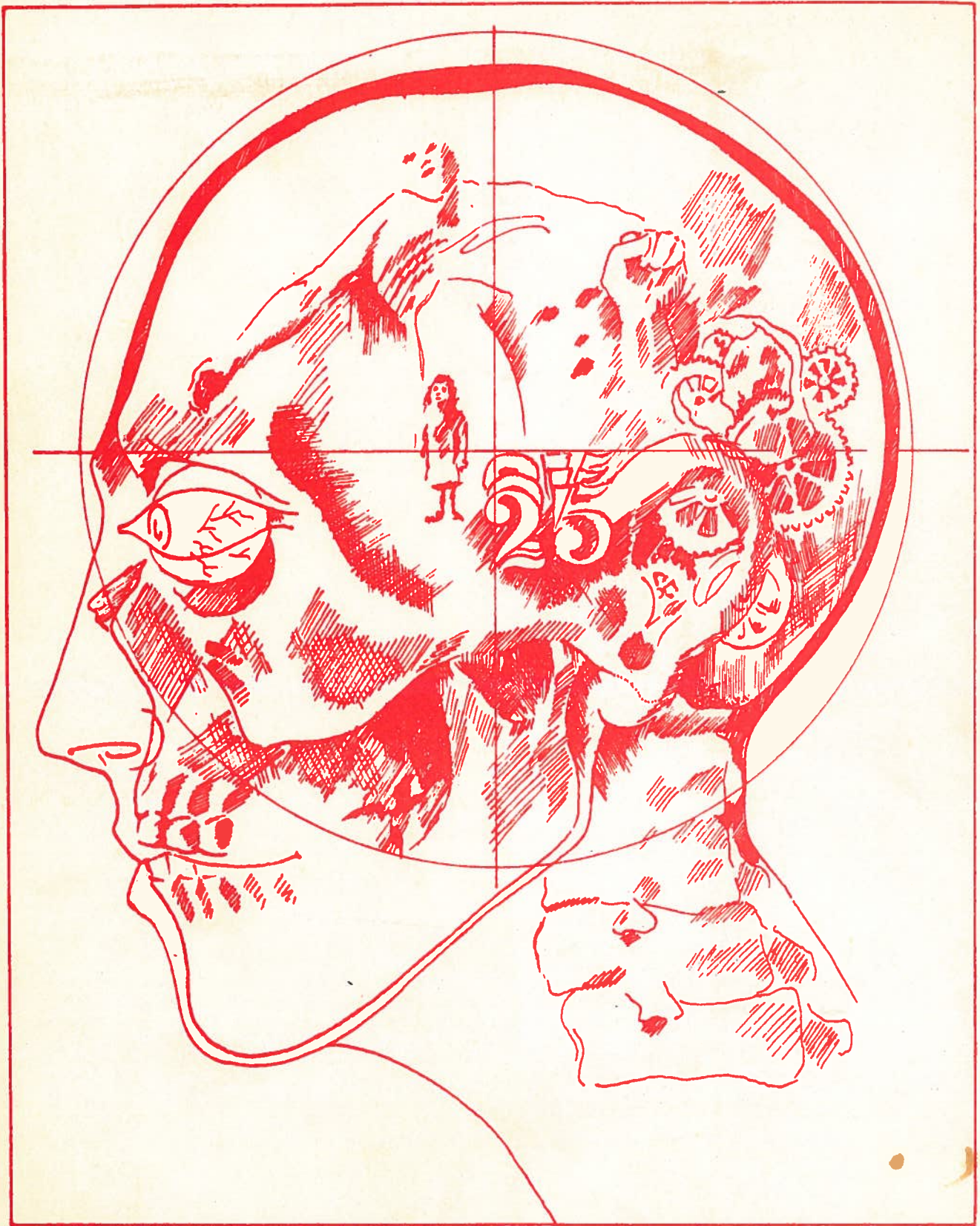


PRAXIS 2

março 78



uma publicação da **AEFEP-COOPERUNI**
Faculdade Economia Porto

PRAXIS.2

SUMÁRIO

	pág.
Editorial -----	1
Logaritmos -----	3
Bayard de Maria Boiteaux	
Economia Política e Economia Nacional: Algumas considerações e noções elementares -----	12
Antônio Rebello de Sousa	
A Moeda tem "direito de cidadania" -----	22
Carlos Pimenta	
A Interdisciplinaridade nas C. Sociais: o caso da Economia (conclusão) -----	37
Armando de Castro	

NOTA:

Agradecemos a todos os que colaboraram na concretização de mais um número da revista "PRAXIS" e de forma especial não queremos deixar de manifestar a grande satisfação que temos ao publicar o presente artigo do Prof. Dr. Bayard de Maria Boiteaux ao qual a Escola tanto deve e a quem oferecemos o espaço desta revista para nos ajudar na sua luta que também é a de todos nós.

A moeda tem "direito de cidadania"

Carlos Pimenta

1 - A concentração e centralização do capital-dinheiro e a crescente importância do capital bancário, a desigual distribuição do ouro entre países e a utilização dos mecanismos monetários e financeiros como instrumento de expansão econômica e política, a acumulação capitalista e o aumento do movimento autônomo do capital-dinheiro, nacional e internacionalmente, reforçando rupturas entre a circulação monetária e o ouro, as convulsões econômicas resultantes das mudanças qualitativas da moeda, a acção "desorganizadora" das guerras, os permanentes desajustamentos entre evolução do poder aquisitivo da moeda em cada país e as cotações internacionais, os processos normalmente designados como inflacionistas, os planos e acordos monetários internacionais, as decisões de desvalorização e revalorização, a constituição e funcionamento de organismos monetários internacionais, as transformações também monetárias e financeiras processadas nos países socialistas, o movimento de libertação dos povos coloniais e neocoloniais e a criação de moedas próprias inseridas de múltiplas formas no contexto internacional, as crises monetárias e financeiras nacionais, as sucessivas manifestações de crise do sistema monetário internacional e a criação temporária de novos mecanismos de pagamento, as sucessivas falências das reformas do sistema monetário no quadro do capitalismo e os esforços de união monetária regional nunca bem sucedidos têm chamado cada vez mais a atenção dos economistas e políticos para os problemas monetários e financeiros. Os estudos sobre o tema multiplicaram-se nas últimas décadas.

A moeda deixa de ser um elemento do quotidiano dos homens não susceptível de atenção, tema de paixões e de ficção, para se tornar um objectivo de estudo, que muitas vezes oscila entre a teoria econômica e a psicologia. Mas geralmente essa mudança não significou uma análise da própria categoria moeda e sua inserção numa nova problemática. A moeda foi considerada, à partida, tal "como existe", isto é, como objecto interveniente nas relações econômicas de um determinado sistema social considerado como eterno e imutável, como é perceptível empiricamente. Às teorias clássicas foi-se buscar as referências à moeda que não apresentassem uma conotação com a teoria materialista do valor. A teoria keynesiana trouxe novos elementos para o estudo da interferência da moeda na economia mas não para o estudo da própria moeda. O seu conhecimento empírico é o ponto de partida da "elaboração teórica" dos sistemas monetário e financeiro, pelo que não consegue ultrapassar a funcionalidade da moeda e a quantificação de agregados definidos sem grande consistência.

Essas análises são limitadas e deformadoras. Não permitem interpretar economicamente a moeda e muitos fenómenos sociais que a englobam, mas são o sustentáculo de uma política estatal, a arma ideológica de uma actuação de classes. É a sua incapacidade teórica que dá a sua "capacidade política" na medida em que encobre ou despreza os limites do próprio sistema social em que se movimenta. A inserção da moeda nas relações de troca, o seu carácter instrumental na troca de equivalentes e a especificidade que transmite ao seu possuidor sob a forma de capital permitem ou desprezã-la ou apresentã-la como paradigma da justiça numa sociedade contratual.

Tudo isto tem feito com que os estudos económicos sobre a moeda, cada vez mais sofisticados, se tenham multiplicado mas que, simultaneamente, não se tenha alterado o ponto de partida. A possibilidade de ainda hoje haver economistas que estudam a "realidade a-económica" sem qualquer referência à moeda ou que afirmam perentoriamente que isso não lhes interessa porque só serve para encobrir a "realidade" é a afirmação inequívoca que a moeda continua hoje a ser considerada como um corpo estranho à realidade social que, quando muito, tem que ser, enquanto existir aceite e instrumentalizada. E não tem faltado quem anuncie o seu falecimento - "nos povos civilizados a moeda não serve quase para nada nas trocas; foi substituída por notas de banco, cheques, letras comerciais, transferências de conta, etc" (1) - ou sonhe várias vezes com ele, numa bela continuação poética de Proudhon - "Por outras palavras, não será a inflação a ocasião inesperada, numa época exclusivamente preocupada com o crescimento da riqueza, de redescobrir a pobreza, o desprendimento? O dinheiro desvaloriza-se. Resta-nos desvalorizã-lo. Não será o recordar que o comércio de dinheiro desvia de qualquer outra preocupação? "Vós não podeis servir dois senhores: Deus e o Dinheiro". Vivemos numa sociedade que produz riqueza em abundância mas é incapaz de reparti-la e não pode impedir que esse dinheiro que ela fabrica desapareça entre os dedos. Não seria a ocasião para reencontrar o valor de troca não-mercantil, isto é, a verdadeira troca desigual? Ela é o dom". (2) Estas teorias diluem as leis objectivas e aumentam o poder soberano dos homens - "A França deu ao mundo o sistema monetário, pura criação do espírito, no meio do caos dos pesos e das medidas então em vigor. Às vezes parece-me que no domínio monetário a França tem uma missão idêntica a preencher ao propagandear um sistema racional, independente dos interesses que dominam no momento". (3)

A actual situação portuguesa em que coexistem crise financeira, cruzamento de gestão e política monetárias de objectivos contraditórios, desvalorizações e especulação, comportamentos psicológicos de fuga perante o escudo e discursos homogêneos defensores de políticas heterogêneas, mostra com uma grande nitidez a importância do estudo das questões monetárias. É sobre elas que pretendemos chamar a atenção. Contudo, como dissemos, há uma tarefa prévia: estudar a própria moeda na sua dimensão social.

Centralizar-nos-emos num único ponto: relações entre economia mercantil e economia monetária. (4)

ECONOMIA REAL EVENTUALMENTE MONETARIZÁVEL?

Tomemos quase ao acaso um manual ou dicionário de teoria económica vulgar e vejamos o que diz sobre a moeda, se acaso diz alguma coisa. Talvez comecemos por encontrar uma definição: "Instrumento de medida e de troca dos bens reais". (5) É certo que às vezes fala-se em seguida na moeda ter a função de reserva de valor, o que constitui uma contradição com a afirmação primeira, mas é esta que acaba por ser considerada.

Analiseemos aquela definição. Se é um instrumento de medida significa que os bens A, B, C, ..., N podem ser medidos em moeda, medidos naquilo que lhes permite trocarem-se entre si. A moeda é instrumento de medida para a troca que eventualmente se vai realizar. Os bens têm uma medida económica determinada, precisa - entendida como "valor", independentemente da interpretação que se fizer dessa categoria - que apenas necessita da moeda porque precisam de ter uma unidade de medida comum. Estamos em presença do "numerário" de Walras: "mercadoria que é aplicada como padrão de avaliação", (6) o que permite n mercadorias e $n-1$ preços desconhecidos determináveis. O "valor" da moeda aparece como o inverso do valor dos bens a que serve de medida. "A sua utilidade não está na satisfação imediata das necessidades, mas na possibilidade que lhe é inerente de adquirir qualquer bem adequado à satisfação de uma necessidade: "o que o homem adquire ao procurar moeda é indeterminado". (5) Para Walras o "numerário" não é susceptível de procura a não ser relativamente às suas qualidades não monetárias. Enquanto "numerário" o seu "valor" é sempre 1 em relação a si próprio. Temos, pois, de um lado, os bens com um certo valor e, do outro, a unidade de medida que é a moeda. Esse confronto não está predeterminado e tem sempre um carácter fugaz, accidental: depois de medidos os bens a unidade de medida pode ser posta de lado. Pode-se até pensar na possibilidade de na próxima ocasião mudar a unidade de medida, optar por outro bem que sirva de numerário ou até arranjar alguma falsa moeda que o substitua, utilizando a linguagem de Pareto. E exactamente porque a unidade de medida é accidental é que pode ser posta de parte, tomada como referência que se esvazia no movimento dos bens. É um mero instrumento de troca em que de M-D-M se pode passar para M-M. É o mero "agente de circulação" a que se refere Ricardo, encarável nos aspectos quantitativos. É a base dos modelos de "troca isolada" entre dois bens que muitas vezes são o ponto de partida da análise das trocas. Depois de se considerar que $x_A = z_D$ e $y_B = z_D$, em que D é o "numerário", é possível passar para a consideração de $x_A = y_B$ sem mais nenhuma consideração pelo instrumento de medida e de troca escolhido arbitrariamente. Mais essa passagem é vantajosa porque, numa análise estática, elimina-se o elemento perturbador dada a "dificuldade" de encontrar uma unidade de medida invariável: "As mercadorias variam no seu valor relativo e é de desejar que se encontrem", (7) apesar de previamente

se reconhecer a dificuldade e a sua não verificação nos padrões vulgarmente utilizados, "os meios de determinar quais são as elevações ou baixas do valor real. Para isso é preciso comparar, separadamente, com um padrão invariável, um critério que fosse inacessível a todas as flutuações que se verifiquem nas outras mercadorias". (7) Considerado como instrumento de medida e de troca desligado da sua própria qualidade de bem, mais precisamente de mercadoria, conduz a esse falso problema do padrão invariável, tão incomodo que há quem prefira afastá-lo: "A dificuldade consiste em encontrar uma mercadoria tipo-trigo, trabalho ou outra - para a qual a intensidade média da necessidade resultante não varie, mas é uma questão de determinação prática em que não insistiremos aqui". (8)

Para estes autores o que interessa verdadeiramente são os bens com os seus valores, independentemente da sua determinação, que constituem a "economia real". A moeda é um objecto-instrumento sem dimensão social própria que pode ser posta de lado. A sua existência desprezível apenas facilita as trocas e a determinação do equilíbrio do modelo. A monetarização do modelo faz-se por acréscimo fortuito ao "real".

É certo que o carácter arbitrário da moeda-monetário tem um grau diferente conforme os autores. Enquanto Ricardo reconhecia que o ouro e a prata eram de facto as mercadorias socialmente privilegiadas para serem moeda - "O ouro e a prata, assim como todas as outras mercadorias, têm valor em proporção à quantidade de trabalho necessário para as produzir e fazê-los chegar ao mercado" (9) -, embora simultaneamente admitisse uma regulamentação jurídica substitutiva das leis objectivas - "A moeda está no estado mais perfeito quando se compõe unicamente de papel, mas de um papel cujo valor é igual à soma de ouro que representa" (10) -, outros, por exemplo os walrasianos, consideram que qualquer mercadoria pode ser moeda (em qualquer dos casos o modelo de equilíbrio tem sempre solução matemática), enquanto ainda outros tenderão a considerar a moeda empiricamente, tal como existe. É certo que essas diferenças refletem algumas opções de fundo extremamente importantes - Ricardo radica a possibilidade de uma mercadoria ser moeda na esfera da produção enquanto os autores das outras posições apenas consideram a esfera da circulação - mas em todos os casos, de uma forma mais ou menos explícita, temos como cerne da Economia Política uma economia real monetarizável permanente e fortuitamente. É isso que permite a Marshall, conforme a denúncia Keynes, escrever "um tratado que não leva em conta a moeda". (11)

Este tipo de análise levanta necessariamente um vasto conjunto de interrogações. Porque surgiu um instrumento de medida e, conseqüentemente, de troca? Os walrasianos responderão simplesmente porque para o modelo ter uma solução de equilíbrio assim é necessário. Não satisfaz. A sua própria ideia de criação de um "numerário" surge porque na realidade se defrontam com a existência de uma moeda que, talvez para além de outras coisas menos visíveis, serve para medir os preços e ser intermediário nas trocas, pelo que a resposta à pergunta tem que ser encontrada na análise da própria realidade. Aque-la escapa ao modelo walrasiano assim como em parte escapa a Ricardo, apesar de partir de

uma constatação de facto numa determinada fase histórica da moeda. Se a moeda pode ser qualquer bem como é que se explica que a moeda tenha uma pré-história - em que as mercadorias que são "instrumentos de medida e de troca" são "os produtos que apresentam maior importância para os povos em questão (alimentos, instrumentos de trabalho, sal) e os adornos" (12) - e uma história - hegemonia dos metais preciosos, particularmente do ouro a que se seguiu uma "desmonetização do ouro, substituído pelo papel-moeda, que implica uma "monetização" compensatória pelo papel que o ouro desempenha indirectamente"? (13) Só será possível fazer a história da moeda instrumento de medida e de troca se se defender, como faz Oliveira Martins, que "sem a intervenção do acaso nós não podemos conceber cientificamente nenhuma espécie de realidade", (14) mas é claro que a explicação probabilística, na medida em que tudo explica, nada explica. Essa não-explicação de fronta-se com a própria prática política: porque é que ainda não se conseguiu eliminar a moeda? Porque é que, após tantos esforços teóricos e políticos, ainda não se conseguiu criar novas moedas que fossem melhores - isto é, mais dóceis, sem imperativos específicos - instrumentos? O desenvolvimento da Economia Política não permite remeter a resposta para uma actual incapacidade intelectual. Considerar uma economia real monetizável reflete uma ausência de dimensão histórica.

Mas vejamos outro tipo de questões. O facto de um bem passar a ser numerário atribui-lhe, como vimos, novas particularidades: "o que o homem adquire ao procurar moeda é indeterminado". Mas para ser moeda tem que antes ser, se pusermos de lado a falsa moeda, um bem económico. Então se é o facto de ser um bem com suas propriedades e características que permite-lhe ser moeda, se são as suas qualidades como bem que determinam as suas novas propriedades, como explicar o desaparecimento das qualidades originais? Quais são as relações entre as qualidades da mercadoria que se vai tornar equivalente geral e as qualidades do equivalente geral? Esta questão não é, nem poderia ser, analisada. Respondê-la seria passar a considerar a moeda tão fortuita como as próprias mercadorias, isto é, ligar indissoluvelmente o "real" e o monetário de tal forma que uma e outra deixaria de ter existência autónoma, independente. Se a moeda como instrumento de troca surge numa relação M-D-M e se é sempre possível considerá-la assim numa análise estática, também é um facto que uma análise dinâmica exige a consideração de M-D/M, isto é, de uma interrupção das trocas. Se esta interrupção pode ser, mesmo numa interpretação voluntarista, resultado da acção de qualquer agente económico, como explicar a neutralidade inerente ao seu carácter instrumental? O entesouramento é sistematicamente posto de lado. Se a dimensão histórica começa a introduzir na problemática monetária uma dimensão social que ultrapassa o económico, o aprofundamento destas questões reforça para o presente essa mesma dimensão social.

É certo que existem questões cuja resposta depende da teoria do valor que estiver por traz de cada análise - o que não analisaremos aqui - tais como: os bens são categorias económicas independentemente de "irem ao mercado"? Como é que a moeda pode ser medida do valor? Mas a capacidade, aparente ou real, de resposta a estas questões não invalida a incapacidade nas restantes.

Os esforços de Proudhon para acabar com a moeda, mal maior da sociedade - pela instituição de um Banco Nacional de trocas que recebia todas as mercadorias produzidas contra certificados oficiais do seu valor, vales de trabalho - continuam a mostrar com clareza, por negação, a indissolubilidade da mercadoria e da moeda: 'Ao "isolar-se" a moeda da economia, da produção mercantil, ou se reproduz aquela como categoria inevitável desta ou "destrói-se" esta transformando o "real" numa irreabilidade'. (15) A crítica de Marx a Proudhon mantém toda a actualidade. Segundo aquele, Proudhon ao pretender eliminar a moeda cria uma nova moeda: 'De qualquer forma, veja-se como se vir a coisa, eis como no fim de contas, se apresenta: o banco que emite os vales horários compra as mercadorias ao seu custo de produção; compra-as todas e a compra não lhe custa nada a não ser a produção de bocados de papel; em vez de dar ao vendedor o valor de troca que possui sob uma forma substancial determinada, entrega-lhe o valor de troca simbólico da mercadoria, por outras palavras, uma ordem de pagamento sobre qualquer outra mercadoria do mesmo valor. Naturalmente, o valor de troca enquanto tal só pode existir de uma maneira simbólica, embora este símbolo deva revestir a forma de um objecto para que possa ser utilizado na prática (É preciso poder ter na mão uma medida; o valor serve para medir mas não troca senão fazendo passar a medida de uma mão para outra). Assim, pois; o banco dá dinheiro pelas mercadorias'. (16) Simultaneamente ao pretender acabar com a moeda também acaba com a mercadoria: 'As mercadorias são de forma imediata os produtos de trabalhos privados independentes isolados que, pela sua alienação no processo de troca privada devem ser confirmados como trabalho social geral, por outras palavras, o trabalho na base da produção mercantil só se torna trabalho social pela alienação universal dos trabalhos individuais. Mas ao pôr como *imediatamente social* o tempo de trabalho contido nas mercadorias, Gray coloca-o como tempo de trabalho colectivo ou como tempo de trabalho de indivíduos directamente associados (...) Os produtos devem ser fabricados como mercadorias mas não serem trocados como mercadorias'. (17)

REAL E MONETÁRIO, UMA DUALIDADE?

"Se os clássicos não procuram integrar a moeda no conjunto do seu sistema de equilíbrio deve ser por uma razão profunda e não por simples esquecimento" (18) afirmam, justamente, keynesianos que concluem que "o erro dos clássicos está contido em duas proposições essenciais: a economia é um sistema de troca; o equilíbrio é um equilíbrio estático". (19) A importância atribuída à moeda e as suas funções na economia capitalista são pontos de divergência dos keynesianos em relação aos clássicos. Keynes em autocrítica ao seu "Tratado sobre a Moeda" reconhece a necessidade da "transformação da teoria monetária numa teoria da produção em seu conjunto". (20) Tratava-se de uma preocupação correcta. As referidas razões do erro clássico reflectem questões importantes, embora, inevitavelmente, essas deficiências sejam analisadas exclusivamente no quadro do capitalismo e a inserção da moeda na economia seja feita sem uma prévia análise daquela.

A preferência pela liquidez, com algumas conotações com o entesouramento, vem a assumir um lugar central na análise da teoria Keynesiana. Quebra-se a neutralidade da moeda. A ligação entre o "real" e o monetário deixa de se estabelecer exclusivamente pelo elo dos preços para também se realizar através da taxa de juro, com sua influência na economia por uma via estratégica: investimento, multiplicador, rendimento nacional. A moeda passa a poder ser um elemento perturbador. Ao quebrar a concepção da moeda como instrumento de medida e de troca que assume uma função neutral, ao não aceitar o equilíbrio estático clássico rompe com a famosa lei de Say e permite-lhe lançar alguns parâmetros, contraditórios, de uma política anti-crise mesmo sem ter elaborado uma verdadeira teoria das crises.

A ruptura com os clássicos na questão monetária permite-lhe integrar na teoria económica fenómenos capitais da vida económico-social que até então só podiam ter sido considerados como fortuitos e passageiros. Toda a elaboração da teoria keynesiana, e os esforços subsequentes, demonstram inequivocamente, independentemente de qualquer apreciação crítica mais profunda, a importância da moeda como fenómeno social e a inevitabilidade da teoria económica vir a considerá-la seriamente no seu próprio corpo teórico. Ainda hoje esse ensinamento geral é válido: "o pensamento contemporâneo está ainda fortemente impregnado da noção de que, se o dinheiro não for gasto de uma forma, o será de outra" (21) e é preciso romper com tal interpretação simplista.

Mas o que é que Keynes entende por moeda? Estranhamente é uma questão difícil de responder, apesar de dedicar tanta importância à moeda. Admitindo a eventualidade de ser um bem como outro qualquer, a que até é susceptível aplicar um esquema de oferta e procura, - "cada uma destas mercadorias-padrão (trigo, cobre, habitação, usina siderúrgica) nos oferece a mesma facilidade que a moeda para medir a eficiência marginal do capital" (22) - acaba por distinguir a moeda numa base empírica e funcional - "a moeda tal como a conhecemos" tem vantagens porque tem "um rendimento nulo, uma despesa de armazenagem insignificante" e "um prémio de liquidez substancial", (23) Outras vezes, numa certa continuidade das "teorias das antecipações" de Myrdal, baseado no facto da moeda ser instrumento de medida da eficiência marginal do capital e no seu papel na taxa de juro, caracteriza a moeda como um "elo entre o presente e o futuro". (24) A moeda assume uma grande importância na teoria keynesiana sem que nesta exista verdadeiramente uma categoria económica, caracterizada perfeitamente, que se possa designar por moeda. Esta é considerada empiricamente tal como existe, o que implica desde logo uma grande probabilidade de erro no ponto de partida da análise da moeda: considerar esta na sua forma de moeda-crédito como o produto do financiamento, sem existência autónoma fora do quadro deste. Se é certo que Keynes na "Teoria Geral" furta-se a esse erro ao tomar a oferta de moeda como um dado exógeno, produto de uma política do Banco Central, já o mesmo não acontece com vários dos seus continuadores.

Se é verdade que esta lacuna não impediu uma certa capacidade nova da teoria económica e um certo grau de operacionalidade no desvio de contradições do capitalismo convém ver mais em detalhe alguns aspectos das suas análises da componente monetária. Os próprios termos da sua crítica - introdução da "economia monetária" - deixa antever a formação de um dualismo que é patente desde a escolha das unidades de medida - "para tratar da teoria do emprego propomo-nos, portanto, usar apenas duas unidades de quantidades fundamentais, quantidade de valor monetário e quantidade de emprego" (25) -, às funções elaboradas - por um lado a procura global é função do emprego $D = f(N)$, e por outro é função da quantidade de moeda, $D = g(M)$ - e à sua explicação da inflação - "a renda monetária cresce mais depressa que a renda real e registam-se estados de semi-inflação". (26) É essa dualidade que também ressalta da análise de Patinkin - integração do mercado da moeda da mesma natureza do mercado das mercadorias - e de muitos outros autores até hoje. "Deixa de haver uma economia "real" em que não tem lugar a moeda para passar a considerar uma economia que engloba com igualdade de direitos o "real" e o "monetário" que, no entanto, continuam numa desintegração com elos de ligação". (27) É possível uma análise em termos "reais" apenas com a ressalva de ter presente que existem vias de influência da moeda. Os campos "real" e "monetário" justapõem-se sem se integrarem e se essa integração se viesse a realizar seria pela identificação da moeda com todo e qualquer outro activo, isto é, pelo desaparecimento da moeda como realidade específica. A aceitação de uma justaposição entre o "real" e o "monetário" com meros elos de ligação, oscila entre a hegemonia do "real" - ao identificar a moeda com todo e qualquer activo, ao desprezar as suas vantagens práticas - e a hegemonia do "monetário" - ao defender uma teoria financeira da moeda que atribui ao sistema bancário e ao Banco Central um poder soberano de influência na economia.

A ausência de uma conceptualização da moeda, da sua dimensão histórico-social, a aceitação de uma economia real em que os bens são categorias económicas independentemente da moeda, permite colocar às teorias que aceitam a dualidade real-monetário algumas das questões já anteriormente formuladas para as que consideram uma economia real eventualmente monetarizável. Se é certo que partindo da oferta e procura de capital no sentido clássico é parcialmente possível chegar à formulação keynesiana da taxa de juro - pela redução do capital ao seu instrumento de medida e de troca, com a consequente adaptação dos sentimentos que movem os agentes económicos, e pela passagem do equilíbrio em termos de oferta e procura para o equilíbrio em termos de procura total (procura nova mais autoprocure) e de estoque existente - é porque entre a consideração de uma economia real que aceita um instrumento de medida e de troca que é a moeda e a dualidade economia real-economia monetária não existe uma mudança radical na forma de encarar a moeda mas apenas uma maior autonomização desta, também susceptível de uma análise pontual.

UMA ECONOMIA NECESSARIAMENTE MONETARIA

A existência de sucessivas formas de moeda, a utilização ao longo da história da humanidade de diferentes instrumentos monetários, não pode impedir a análise da moeda naquilo que lhe é permanente, naquilo que efectivamente a caracteriza. A captação integral do significado economico-social da moeda é possível na análise histórica, particularmente no seu próprio aparecimento.

Não tendo existido sempre, ela surge com a generalização das trocas de mercadorias. É já numa fase posterior à troca esporádica entre mercadorias, em que uma qualquer serve de equivalente a qualquer outra, após um desenvolvimento das trocas que leva ao estabelecimento de um conjunto de equivalências entre mercadorias e após a restrição da função de equivalente em algumas delas que passam a ser generalizada e espontaneamente aceites, em resultado do reconhecimento do seu valor e da aceitação da sua própria utilidade, que cada vez mais se dissolve e se cristaliza na utilidade específica de servir de equivalente, é só após todas estas fases que correspondem a um profundo progresso na divisão social do trabalho que surge a moeda como equivalente geral, isto é, como uma mercadoria que por possuir um valor mede o valor das outras mercadorias e permite adquiri-las. Porque tem essa capacidade de medir o valor das outras mercadorias e de se trocar por elas passa a ser utilizada como meio de circulação dessas mesmas mercadorias, mantendo estas o carácter determinante na existência da própria circulação, pelo que, a sua interrupção conduz ao entesouramento, elemento simultaneamente regularizador - adequação da massa de equivalente com um determinado valor à massa das mercadorias em circulação - e desregularizador - pela contradição entre decisões individuais e entre estas e imperativos globais.

Por um lado a moeda existe porque existe a produção de mercadorias, a produção de bens que são não-valores de uso para os seus produtores e cuja razão de existência é a alienação a outrem na base do seu valor. A razão de ser da moeda é a existência de uma divisão social de trabalho com um determinado grau de desenvolvimento assente na existência de produtores independentes. Enquanto estes existirem numa sociedade assente na divisão social do trabalho, o que tende sempre a ampliar-se, terá necessariamente que existirem trocas de mercadorias que mais não são que uma forma das relações entre os homens. A moeda não é o mero instrumento utilizado nas trocas das mercadorias mas é também uma relação social entre os homens, uma relação social que tem como base as mercadorias, pelo que é uma relação social de produção, mas que se situa permanentemente na esfera da circulação. É uma relação social de troca.

Por outro lado a troca directa de mercadorias torna-se incompatível com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e com o facto da produção fazer-se de forma crescente tendo em atenção exclusiva o valor. Simultaneamente os bens produzidos pelo seu valor de uso para o produtor não assumem a forma de mercadoria e não se tornam

categorias económicas. Os bens produzidos só são mercadorias enquanto valores de uso para outrem, o que permite o trabalho privado (concreto) ser parte integrante do trabalho social (abstracto): "Em geral os objectos de utilidade só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados executados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados forma o trabalho social. Como os produtores só entram socialmente em contacto pelas trocas dos seus produtos é nos limites dessas trocas que se afirma em primeiro lugar o caractere social dos seus trabalhos privados". (28) As mercadorias só o são na medida em que pela troca o trabalho privado é reconhecido como social - só nesse momento aquele se cristaliza em valor - e essa troca em economia mercantil faz-se necessariamente contra moeda. Moeda e mercadoria são produtos da divisão social do trabalho de produtores independentes e "são os dois polos complementares e antagónicos das trocas de equivalentes". (29) Não há mercadoria sem moeda nem moeda sem mercadoria, assim como não há uma contradição sem afirmação e negação.

É na dimensão histórica que a moeda surge como realidade social com um significado que ultrapassa o económico. É como relação social de produção na esfera das trocas que se caracteriza, especificando-se no preenchimento de um conjunto de funções que também têm uma hierarquia histórico-lógica e formam um todo indissociável.

A questão que se poderia colocar seria a de saber se a evolução das formas de moeda não teria levado à negação do próprio conteúdo inicial pelo não preenchimento integral das funções. Apesar dessa questão ser parcialmente irrelevante - mesmo nesse caso a divisão social do trabalho continuaria a ser a sua base - a verdade é que tal não aconteceu: os diversos tipos de moeda hoje existentes são equivalentes entre si e continuam a ser medida do valor embora desprovidos de valor intrínseco e relacionados indirectamente com a moeda-mercadoria - e meio de circulação e a preencher a função de entesouramento - apesar de fenómenos concomitantes de desentesouramento em determinados momentos. As funções de "padrão de preços, unidade de conta e meio de pagamento são derivadas das apontadas.

"O objecto material que normalmente recebe a designação de moeda não é mais que um instrumento da relação social, sendo esta que lhe dá significado". (30) A própria fugacidade do instrumento reforça a importância do social. Mais, "não se trata de acrescentar a uma análise puramente económica de relações entre moeda e mercadoria, uma dimensão sociológica susceptível de ser negligenciada posteriormente quando se trata-se de formular as leis da circulação monetária". (31) A lei do valor é elemento integrante do próprio sistema monetário.

As questões anteriormente colocadas à "economia real" e à dualidade "economia real"/"economia monetária" obtêm uma resposta e pela primeira vez se clarifica globalmente o que é prévio para qualquer estudo: o que é moeda e qual o seu estatuto histórico-económico-social.

MOEDA E LEI DO VALOR

Sem dúvida que uma deslocação na análise da moeda que a reponha na sua verdadeira dimensão exige a teoria do valor-trabalho. É em resultado da aceitação desta que se encontram aspectos importantes na concepção ricardina da moeda e é nas suas incongruências face àquela que se baseiam as suas propostas de política monetária que ruíram na prática.

Mas a caracterização da moeda, resultante de uma mera análise histórica, não se limita a basear-se na teoria do valor-trabalho. Também serve para solidificá-la e mostrar alguns dos erros irremediáveis das outras teorias do valor.

Aceitando a generalização do *homo oeconomicus* às faces primitivas da sociedade e continuando a considerar fenómenos sociais, que até entram em contradição com as situações individuais, como um simples somatório de comportamentos isolados, a teoria do valor-utilidade será capaz de integrar no seu seio o facto de certos bens passarem de uma utilidade definida para uma dupla utilidade, bem e "meio de circulação", e, seguidamente para uma utilidade indefinida, resultante do bem equivalente-geral, moeda-mercadoria, deixar de estabelecer uma relação directa na satisfação das necessidades humanas. Contudo o facto da moeda-mercadoria ter uma utilidade indefinida, ser instrumento de circulação, baseia-se em ter uma utilidade definida, porque tem que ser previamente medida do valor, ou, utilizando a sua terminologia, unidade de medida. Há pois a necessidade de resolver a contradição entre a definição prévia que é exigida e a indefinição instrumental que caracteriza a moeda-mercadoria. Esta, enquanto utilidade indefinida, não pode medir a utilidade dos outros bens que têm uma utilidade definida. A resolução, em princípio, desta contradição pode ser conseguida por três vias: eliminar a função de medida de valor reafirmando que o valor é medido por cada indivíduo na satisfação das suas necessidades; considerar exclusivamente o problema para o valor objectivo porque se trata de um problema de mercado; considerar a moeda como um bem de ordem superior, cuja utilidade seria definida pela utilidade que dariam ao *homo oeconomicus* os bens que permitiria adquirir, o que seria aceitável na consideração da moeda como simples intermediário de trocas.

O primeiro caminho seria a negação da história, a incompreensão das razões da própria existência da moeda. Seria a incapacidade de integrar na teoria a genese de um fenómeno social já localizado em formações pré-capitalistas não concebíveis por uma teoria que considera o capitalismo como eterno e imutável.

O segundo caminho orienta-se rapidamente para um círculo vicioso. A utilidade da moeda, isto é, o seu valor, seria definida na circulação. Partindo da aceitação da esfera da circulação como um dado, que por acaso se encontra em determinada situação num determinado momento, encontra aí o local previligiado para a definição do valor da moeda. Se uma dada quantidade de um bem se troca por uma dada quantidade de moe

da, isto é, se um bem com utilidade definida se troca por um bem de utilidade indefinida é necessário que esta se defina e isso acontece no próprio momento da troca, com respeito pelas leis internas da teoria baseada na igualdade das utilidades marginais: o valor do bem mede-se na moeda e o valor da moeda mede-se no bem. É a identificação entre valor da moeda e poder aquisitivo, o que não só reduz a análise ao empírico como reflete a incapacidade de resolução de contradições geradas pelas incongruências da própria teoria. A introdução de um mercado próprio da moeda capaz de permitir a fixação de um seu valor objectivo separado do confronto directo com os bens, não consegue resolver as dificuldades. Como salienta Brunhoff ao analisar Patinkin, há uma "distinção que subsiste entre teoria do valor dos bens (preços relativos) e teoria da moeda (nível geral de preços)". (32)

Apesar da popularidade que a formulação tautológica tem gozado, não tanto por si mas por ser um forte pilar para a teoria quantitativa da moeda, ela não pode servir de base para uma teoria da moeda, equivalente geral seleccionado social e historicamente. A única possibilidade de fundamentar o valor da moeda encontra-se na hipótese de admitir a moeda como um bem de ordem superior. É certo que seria um bem superior com algumas características bastante distintas das dos referidos por Bohm-Bawerk (não estavam afectos à produção de um determinado bem de ordem inferior e o leque de possibilidade de transformação era infinitamente superior) mas a sua caracterização seria no essencial a mesma: o seu valor "determina-se segundo a utilidade marginal e segundo o valor daquele produto, dentre todos aqueles para cuja produção" (aquisição) "a unidade de meios de produção" (de moeda) "poderia ter sido empregada, que possui a menor utilidade marginal". (33) É certo que cada vulgar cidadão tem que ter claro, em cada acto de aquisição de mercadoria, o leque infinito de bens que pode vir a adquirir e suas utilidades e, para cada bem, os diversos tipos de necessidades que satisfaz para que, racionalmente, possa optar, dentro de cada bem, pela "utilidade marginal ... mais alta das aplicações alternativas" (34) e, dentre os diversos bens assim quantificados, pelo de menor utilidade, mas isso é considerado como uma possibilidade aceitável. Ignorando que se trataria de um absurdo introspectivo poderíamos começar por aceitar o esquema de análise mas a introdução do entesouramento, função desprezada pelos utilitaristas apesar de "analisarem uma sociedade" em que ela assume uma importância muito particular, leva a novas dificuldades. Se o entesouramento é uma interrupção na cadeia M-D-M esta segunda passagem (D-M) pode realizar-se pelo comprador da primeira mercadoria ou por outrem e pode entrar numa cadeia D-D-D (mais precisamente D-D'-D'') em que os intervenientes por cam individualmente a perspectiva da futura aquisição da mercadoria. Então a moeda poderia servir de medida de valor no momento t embora a indefinição do seu próprio valor só desaparecesse em t+a. O entesouramento simultaneamente alicerçável no valor próprio da moeda e nas possibilidades de aquisição futura passa a basear-se exclusivamente no segundo termo. O entesouramento torna imperceptível a aceitação da moeda como bem de ordem superior, mas com ou sem aquela função a alternativa que fica é a utilidade de um

bem medir-se pela utilidade da moeda que é medida pela utilidade de um bem, depreciado, segundo Bohm-Bawerk, quando a segunda medição é no futuro. Também se chega a um círculo vicioso que, o que é mais grave, é consignado pela própria teoria: "A grandeza do valor de troca subjectivo de um bem deve-se medir pela utilidade marginal do bem a trocar pelo mesmo". (35)

A realidade histórica da moeda choca com o mundo ideal da teoria do valor-utilidade e é aquela que rejeita este.

CONCLUSÃO

"A moeda está inscrita no funcionamento de um tipo de produção em que tem, como elemento de realização das trocas, um papel de conexão entre produtores-intervenientes nas trocas simultaneamente separados e interdependentes. Não é enxertada numa economia de trocas mas integrada numa economia mercantil. Equivalente geral de carácter homogêneo (a sua convertibilidade em toda e qualquer mercadoria está em correlação com a convertibilidade das diferentes espécies de moeda entre si), a moeda é uma categoria ligada à de mercadoria, ambas exigindo as relações socio-económicas próprias da produção mercantil". (36)

NOTAS

- (1) - Pareto, em "Manuel d'Economie Politique", ed. Suissa, pág 456
- (2) - E. Plassard e A. Samuel, artigo "Les Chrétiens et l'inflation", publicado no nº 4 (1974) da revista "Chronique Sociale de France" que tem o título genérico "L'Inflation"
- (3) - J. Goudriaan, "Vers une technique monétaire rationnelle", Economie Appliquée, Tomo XIX, nº 1, 1966, pág. 74
- (4) - Em futuros artigos procuraremos analisar outros aspectos candentes. Assim, por exemplo, tentaremos em próximo artigo analisar a questão do valor actual da moeda à luz da teoria do valor-trabalho e as relações entre a moeda actual e a moeda-mercadoria. Trata-se de um assunto que em alguns pontos deste artigo fica em aberto

- (5) - A. Cotta, "Dicionário de Economia", pág. 272, ed. Dom Quixote, 3a. ed.
- (6) - E. Roll, "História do Pensamento Económico", Panorama da Ciencia Economica, vol. II, pág. 41, ed. Cosmos
- (7) - Ricardo, "Des Principes de l'Economie Politique et de l'Impot", pág. 51, ed. Flammarion
- (8) - De Guião 13º de Economia Política II/Moeda e Preços da FEP. Extraído de Albert Aupetit, "Essai sur la théorie générale de la monnaie", ed. Marcel Rivière (1957), pág. 111
- (9) - Ricardo, obra citada, pág. 311
- (10) - Idem, pág. 319
- (11) - Keynes, "Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro", pág. 185, ed. Fundo de Cultura
- (12) - E. Mandel, "Traité d'Economie Marxiste", vol. 1, ed. 10/18, pág. 85
- (13) - S. Brunhoff, "La Monnaie chez Marx", pag. 42/43, ed. Sociales, 2a. ed. Sociales, 2a ed.
- (14) - Oliveira Martins, "Literatura e Filosofia", pag. 239, ed. Guimarães
- (15) - Guião 13º referido, pág. 21
- (16) - K. Marx, "Grundrisse", Vol. I, ed. Anthropos, pág. 149/50
- (17) - K. Marx, "Contribution à la Critique de l'Economie Politique", pág. 56/7, ed. sociales
- (18) - A. Barrère, "Teoria Economica e Impulso Keynesiano", Vol. I, pág. 174, ed. Fundo de Cultura
- (19) - A. Barrère, obra citada, pág. 175
- (20) - Keynes, obra citada, Prefácio, pág. 10

- (21) - Keynes, obra citada, pág. 31
- (22) - Idem, pág. 217
- (23) - Idem, pág. 219
- (24) - Idem, pág. 282
- (25) - Idem, pág. 50
- (26) - A. Barrère, obra citada, Vol. II, pág. 411
- (27) - Guião de Economia Política II referido, pág. 30
- (28) - K. Marx, "Le Capital", livro I, vol. I, pág. 85, editions sociales
- (29) - S. Brunhoff, "Offre de Monnaie", pág. 9, Ed. Maspero
- (30) - C. Pimenta e J. Teixeira, "O que se passa com a nossa Moeda?" § 9, publicado no Jornal Opinião
- (31) - S. Brunhoff, "Offre de Monnaie", pág. 9, Ed. Maspero
- (32) - Idem, pág. 26
- (33) - E. Scheneider, "Teoria Economica", Vol. IV pág. 201 (citação de Bohm-Bawerk, Positive Theorie ... pág. 207)
- (34) - Idem, pág. 199
- (35) - Idem, pág. 200
- (36) - S. Brunhoff, "Offre de Monnaie", pág. 9